



S.

R.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

NOTA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

De acordo com a alínea a) do nº9 do artigo 86º do Código do Processo Penal, o segredo de justiça não prejudica a prestação de esclarecimentos públicos quando necessários ao restabelecimento da verdade e sem prejuízo para a investigação, a pedido de pessoas publicamente postas em causa.

Tendo surgido na comunicação social rumores acerca do pretenso envolvimento do Presidente da República de Moçambique em alegados negócios de tráfico de armas, em processos-crime investigados na comarca de Lisboa (DIAP-Departamento de Investigação e Acção Penal), a Procuradoria-Geral da República esclarece:

1. Do processo presentemente na fase de julgamento envolvendo ex-dirigentes da Universidade Moderna foram extraídas certidões que originaram dois processos de inquérito, à partida destinados a investigar ilícitos aflorados no processo ora em julgamento e relativos a tráficos, designadamente de armas.
2. Em nenhum desses processos instaurados, com base nas aludidas certidões, é alguma vez referenciado o nome de Joaquim Alberto Chissano, actual Presidente da República de Moçambique.

Lisboa, 06 de Maio de 2002

A Assessora de Imprensa

Sara Pina